

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE)

Representantes



Titular

Antonio Everton Chaves Junior

Economista

Divisão Econômica (CNC)

(Compareceu)



1º Suplente

Evandro Américo Costa

Assessor Executivo

Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (CNC)



2º Suplente

José da Silva

Especialista Executivo

Assessoria de Gestão das Representações (CNC)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 29 de julho de 2021

Com mais de 30 pessoas presentes ao encontro virtual, a reunião começou com a despedida da economista Maria José Esteves, que deixou o Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE). Em seu lugar, emprestado pelo Banco do Brasil, entrou o novo funcionário da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Marco Aurélio, que começou se apresentando e procurando deixar claro que o modelo de crédito subsidiado feito pelo governo federal estava se esgotando. Assim, Aurélio solicitou ao CT que conversasse sobre demanda de crédito por parte das micro e pequenas empresas (MPE).

Presidente da Confederação Nacional de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comicro), José Tarciso iniciou sua apresentação lembrando que o tema dificuldades de acesso ao crédito seria um dos nortes do CT. Assim, ele salientou que as MPE mais estruturadas são as que conseguem crédito com vantagens competitivas em relação às microempresas e aos microempreendedores individuais (MEI).

Tarciso reforçou que a sua entidade gosta de desafios, então o tema seria enfrentado para que o acesso ao crédito fosse ampliado e, também, que os segmentos menos favorecidos passassem a usufruir de vantagens.

O presidente da Comicro apresentou a ideia de que, no pagamento do boleto do Simples Nacional feito pelas MPE, o percentual de 0,5% fosse recolhido para a formação de um fundo de crédito. Essa poupança poderia se tornar a garantia do crédito para os segmentos hoje mais prejudicados.

Apesar de a proposta parecer interessante, Tarciso ficou de qualificá-la para apresentá-la em papel, de maneira organizada, para que os demais representantes e participantes do CT possam conhecê-la melhor e, assim, avaliá-la.

O secretário-executivo da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), José Gordon, fez uma palestra sobre crédito e a questão das garantias. Ele frisou que, na questão das garantias, a figura da pessoa física muitas vezes se confunde com a da pessoa jurídica. Gordon gostou da ideia de constituir um fundo, mas observou que, antes de se aventurar no crédito, as MPE precisam passar por um processo de preparação para a tomada de crédito. Segundo ele, nem sempre o crédito será a solução.

Existem muitos entraves para o financiamento das MPE: a alta exigência da burocracia; a falta de educação para o crédito; prazos de pagamento relativamente curtos; juros elevados; e a falta de garantias. As exigências muitas vezes são elevadas, e muitos setores das MPE foram afetados com a crise. Assim, novas medidas têm de ser pensadas para que o segmento possa se reposicionar.

Estima-se que sejam mais de R\$ 270 bilhões disponibilizados para o crédito pelo Sistema Nacional de Fomento, então Gordon salientou o papel importante dos fundos garantidores. Ele avaliou o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) como ações garantidores, passíveis de atender às MPE. Nesse sentido, disse que o Fundo de Garantia de Operações (FGO) e o Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas (Fampe) precisam ser repensados.

Em seguida, algumas pessoas pediram a palavra, e foram debatidos temas como a inadimplência do Pronampe, que está muito baixa; o risco que se dissipa quando o crédito é diluído por um grande número de microempreendimentos; e o pleito para que as Empresas Simples de Crédito (ESC) pudessem participar do Fampe, assim como aconteceu com as cooperativas de crédito.

A terceira apresentação foi do presidente da Sociedade de Garantia de Crédito (SGC Central), Augusto Sperotto, que afirmou que as garantidoras de crédito passam dificuldades porque, durante a crise, o acesso ao crédito se tornou mais difícil.

O diretor-superintendente da SGC Central, Flavio Locatelli, fez uma apresentação sobre sociedades garantidoras, frisando que elas operam basicamente com crédito orientado, MEI e microempresas.

Segundo ele, para mudar o atual panorama, os municípios poderiam depositar recursos no fundo garantidor local. Locatelli entende que, nas cidades, a capacidade de oferta de crédito se multiplicar é muito grande.

O diretor-superintendente reconheceu que o sistema de garantia de crédito se assemelha ao da cooperativa, mas que, mesmo assim, ainda precisa crescer para que os seus resultados possam ser reproduzidos.

Além disso, Locatelli afirmou que somente políticas de oferta de crédito não adiantam, porque é muito importante haver um modelo estruturado, que seja implementado e constituído pelo baixo custo das operações e dos juros, sendo que as prestações devem necessariamente caber no fluxo de caixa de uma MPE.

Por fim, o novo coordenador pelo setor público, Marco Aurélio, falou bastante da sua experiência no Banco do Brasil e, também, versou sobre o Sistema Nacional de Garantia de Crédito.

O mais importante na explanação de Aurélio foi a menção à contratação de especialistas para o CT. Além disso, ele ressaltou que é preciso conhecer experiências bem-sucedidas mundo afora para tentar construir no palco brasileiro um sistema que possa de fato atender às empresas de maneira conjunta, para preencher necessidades em condições favoráveis, diferentemente do que acontece hoje.